



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

ACÓRDÃO

PETIÇÃO Nº 1219-59.2011.6.00.0000 – CLASSE 24 – BRASÍLIA – DISTRITO FEDERAL

Relator originário: Ministro Gilson Dipp

Redator para o acórdão: Ministro Marcelo Ribeiro



Requerente: Juíza da Secção Única do Tribunal de Família e Menores de Matosinhos/Portugal

PETIÇÃO. PEDIDO. AUTORIDADE ESTRANGEIRA. ACESSO. CADASTRO ELEITORAL. INDEFERIMENTO.

1. Solicitação de fornecimento do endereço de eleitora formulado pela Juíza da Secção Única do Tribunal de Família e Menores da Cidade de Matosinhos/Portugal, com a finalidade de instruir processo de regularização do poder paternal que tramita naquele País.
2. Inadequação da via eleita e autoridade não legitimada.
3. Necessidade de proteção das informações de caráter personalizado dos eleitores. Precedentes.
4. Pedido indeferido.

Acordam os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por maioria, em indeferir o pedido, nos termos das notas de julgamento.

Brasília, 17 de novembro de 2011.

 
MINISTRO MARCELO RIBEIRO – REDATOR PARA O ACÓRDÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO GILSON DIPP: Senhor Presidente, trata-se de pedido formulado pela Juíza da Secção Única do Tribunal de Família e Menores da Cidade de Matosinhos/Portugal, Exma. Sra. Ana Isabel Moniz (fl. 5), para que este Tribunal informe o endereço de Íris Odete de Oliveira Fonseca, brasileira, com o fim de instrução de “processo de regulação do poder paternal” que tramita naquele País.

Foram prestadas informações pela Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral (fls. 3-4), e, instado a se manifestar, o Ministério Público Eleitoral opinou pelo indeferimento do pedido (fls. 11-14).

É o relatório.

VOTO (vencido)

O SENHOR MINISTRO GILSON DIPP (relator): Senhor Presidente, trata-se de requerimento formulado por uma juíza de direito de Portugal que solicita a este Tribunal a liberação de dados constantes do cadastro eleitoral, a saber, o endereço de cidadã brasileira, com o objetivo de instruir “processo de regulação do poder paternal” naquele País.


Colhe-se da Informação nº 145, prestada pela Corregedoria-Geral Eleitoral (fls. 3-4):

[...]

A disciplina legal que envolve o acesso às informações constantes do cadastro eleitoral está definida no art. 9º, I, da Lei 7.444, de 20 de dezembro de 1985, que assim dispõe:

Art. 9º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias à execução desta Lei, especialmente, para definir:

I – a administração e utilização dos cadastros eleitorais em computador, exclusivamente, pela Justiça Eleitoral.



Esta Corte Superior, por seu turno, ao regulamentar o supracitado dispositivo legal, no art. 29 da Res.-TSE 21.538, de 14 de outubro de 2003, estabeleceu:

Art. 29. As informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos desta resolução (Lei 7.444/85, art. 9º, I).

§ 1º Em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral.

§ 2º Consideram-se, para os efeitos deste artigo, como informações personalizadas, relações de eleitores acompanhadas de dados pessoais (filiação, data de nascimento, profissão, estado civil, escolaridade, telefone e endereço).

§ 3º Excluem-se da proibição de que cuida o § 1º os pedidos relativos a procedimento previsto na legislação eleitoral e os formulados:

- a) pelo eleitor sobre seus dados pessoais;
- b) **por autoridade judicial** e pelo Ministério Público, vinculada a utilização das informações obtidas, exclusivamente, às respectivas atividades funcionais;
- c) por entidades autorizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, desde que exista reciprocidade de interesse (Lei 7.444/85, art. 4º). (grifos nossos)

Consoante se verifica do excerto transcrito, inexistente disciplina específica na norma regulamentadora quanto ao fornecimento de dados personalizados a autoridade judiciária estrangeira.


Aos entes nacionais não elencados no rol taxativo do § 3º do art. 29 da citada resolução, este Tribunal Superior tem negado sistematicamente o fornecimento de informações de caráter personalizado, entre eles, Conselho de Controle de Atividades Financeiras, Tribunal de Contas da União e Procuradoria Regional da União – 1ª Região. Nesse sentido: Petições 883/DF, DJ de 10.8.2004, rel. Min. Peçanha Martins; 1395/DF, DJ de 28.11.2003, e 1402/DF, DJ de 18.2.2004, as duas últimas rel. Min. Luiz Carlos Madeira.

[...].

A Procuradoria-Geral Eleitoral, em seu parecer (fl. 13-14), assim se manifestou sobre a questão:

[...]

Este direito do cidadão à privacidade, intimidade ou sigilo de informações, também previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988, é assegurado a todos como medida de segurança, denotando-se, pois, a excepcionalidade da divulgação de dados que eleitores tenham confiado à Justiça Eleitoral, já que o sigilo garante



ao indivíduo a não divulgação de informações que exponham ao público a sua vida privada.

Apesar de possuir estatura constitucional, na doutrina nacional, é certo que o direito em questão não é absoluto, havendo situações de extrema necessidade e caráter excepcional em que as restrições aos direitos fundamentais são justificadas encontrando-se os respectivos titulares sujeitos a controle¹.

Na hipótese dos autos, considerando que a autoridade judicial estrangeira não figura entre os entes legitimados a terem acesso aos dados de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral, não deve ser atendido o pedido.

Em circunstância análoga à dos autos, essa Corte Superior, em jurisprudência recente, consolidou entendimento no sentido da impossibilidade do acesso às informações do cadastro eleitoral ao Departamento de Polícia Federal. Confira-se:

“PROCESSO ADMINISTRATIVO. CADASTRO ELEITORAL. ACESSO. IMPOSSIBILIDADE. ÓRGÃO NÃO LEGITIMADO. INDEFERIMENTO.

1. O art. 29 da Res.-TSE 21.538/2003 restringe o fornecimento de informações do cadastro eleitoral ao próprio eleitor, a autoridades judiciárias, ao Ministério Público e a entidades autorizadas pelo TSE, desde que exista reciprocidade de interesses.

2. Solicitação formulada por ente não legitimado. Pedido indeferido.” (Processo Administrativo nº 18.463/DF, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe de 17.8.2011, Informativo nº 23/TSE, de 9 a 21.8.11).

Diante do exposto, o Ministério Público Eleitoral manifesta-se pelo indeferimento do pedido.

Nada obstante as ponderações acima referidas, penso que o pedido oriundo da Justiça Portuguesa comporta deferimento.

É certo que ao Tribunal Superior Eleitoral cabe editar as instruções necessárias para a administração e utilização dos cadastros eleitorais, os quais, em princípio destinam-se de fato a informar a atividade estritamente eleitoral.



¹ Sobre as restrições aos direitos fundamentais o Procurador Regional da República Daniel Sarmiento assinalou, com propriedade: “A doutrina e a jurisprudência dominantes, no Brasil e no Direito Comparado, admitem também a realização de restrições a direitos fundamentais operadas no caso concreto, através de ponderações de interesses feitas diretamente pelo Poder Judiciário (...)”. SARMENTO, Daniel. *Colisões entre direitos fundamentais e interesses públicos. In Direitos fundamentais: estudos em homenagem ao professor Ricardo Lobo Torres/Daniel Sarmiento*, Flávio Galdino (orgs.). Rio de Janeiro: Renovar, 2006, pp. 293/294.

Mas também é certo que algumas situações são ressalvadas, como as que a Resolução 21.538/2003 assentou no art. 29, § 3º, letra 'b', quando excluiu da proibição de acesso aos cadastros eleitorais os pedidos formulados "por autoridade judicial (...), vinculada à respectiva atividade funcional".


A regra, com efeito, nada refere com respeito a autoridade judiciária estrangeira, mas, a meu juízo, parece mais do que evidente que está ela perfeitamente compreendida na expressão citada pela natureza da atividade como pela autoridade de que é revestida.

Com efeito, o magistrado estrangeiro não deixa de ser autoridade judicial e a ressalva da letra 'b' do parágrafo 3º limita-se a indicar que os pedidos de autoridade judicial estão fora da proibição de acesso aos cadastros. Revela-se possível, portanto, compreender nessa cláusula legal genérica a menção a autoridade judicial estrangeira.

Mas, mais do que isso, a natural cooperação entre Brasil e Portugal derivada dos laços culturais e afetivos das respectivas nações, de longa data estabelecida e fruto de reiteradas manifestações de afinidade e colaboração mútuas, constitui fonte suficiente para justificar o atendimento de pedido formulado por Juíza de Família e Menores portuguesa cujo objeto é a localização de cidadã brasileira destinada a "instruir processo de regulação do poder parental...relativamente à actual residência da progenitora da menor Eloini de Oliveira Fonseca" (fls 5).

Aliás, é bom ressaltar que o atendimento dessa solicitação responde também a medida tipicamente humanitária e, sobretudo, em face de cidadã brasileira.

Assim, mesmo ante a inexistência de compromisso formal de cooperação jurídica civil do Estado brasileiro em relação a Portugal com quem ademais mantemos tratado de reciprocidade em tantas outras matérias, eventual negativa de colaboração pode resultar em prejuízo do bem-estar de brasileiros.



Ante o exposto, sem embargo das manifestações contrárias dos órgãos da administração, voto pelo deferimento do pedido fornecendo-se à autoridade judicial portuguesa, pela mesma via, as informações solicitadas conforme constar dos cadastros eleitorais.

É como voto.

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCELO RIBEIRO: Senhor Presidente, peço vênica ao eminente relator para divergir de Sua Excelência por algumas razões. Essa proibição de fornecimento do cadastro eleitoral, que é antiga aqui no Tribunal, tem o objetivo de preservar os dados do eleitor para evitar a evasão e o medo de se registrar como eleitor. Ele pode pensar que, se se registrar como eleitor, o seu endereço poderá ser fornecido e ele poderá ser, de algum modo, prejudicado. Essa é a razão inicial para não se fornecer. Então, o eleitor sabe que, se se registrar, seus dados não serão fornecidos para ninguém, ficarão preservados. A resolução assim estabelece.

Ainda que não fosse assim, ainda que a resolução contemplasse autoridade judicial estrangeira, penso que o pedido deveria vir de outra forma – se fosse possível, mas penso que não é –, pela via diplomática.

O SENHOR MINISTRO GILSON DIPP (relator): Eu não quis adentrar nessa seara, até para não discutir com o Ministro Marco Aurélio, mas um pedido desses, de mera informação, vir por carta rogatória ou pela via da cooperação direta, do auxílio direto por meio da autoridade central – que no caso é o Ministério da Justiça – é incompreensível. Não se pede ato de constrição. Pede-se uma mera informação para regularizar a situação da filha de uma brasileira. Tudo isso na condição de cooperação internacional.

O SENHOR MINISTRO MARCELO RIBEIRO: Pode ser para apreender algum menor aqui no Brasil.



O SENHOR MINISTRO GILSON DIPP (relator): Eu não discuto essa questão, apenas digo que a Resolução nº 9 do Superior Tribunal de Justiça, que regula a matéria da carta rogatória – depois que o Supremo Tribunal Federal não tem mais essa competência – estabelece como pode ser feito o pedido de outra forma que não a carta rogatória, mesmo sem o auxílio direto.

Penso que, em termos de jurisdição, deve prevalecer uma quimera – e aqui não há prejuízo –, o princípio da confiança entre as autoridades judiciais nacionais e estrangeiras. Assim como um juiz confia na expedição de uma carta precatória para um seu igual, por que nós não podemos confiar em uma juíza de família para dar uma informação singela, que não vai ferir, absolutamente, a soberania, o problema dos eleitores, o grau de sigilo e nem interromper a facilidade com que o eleitor tem de se destacar?

Eu não quis entrar neste campo, mas já que Vossa Excelência levantou a questão, fiz essa referência a ela.

O SENHOR MINISTRO MARCELO RIBEIRO: Esse seria um segundo motivo: a forma. Porque pelo conteúdo eu já negaria. Eu interpreto a resolução de modo estrito, acredito que o norte que o Tribunal tem de ter neste tipo de assunto é o de não fornecer o cadastro nunca, a não ser quando expressamente previsto; neste caso não está previsto.

Os juízes que têm jurisdição no Brasil – claro que a resolução não poderia dizer outra coisa – podem, eventualmente e conforme o caso, dar uma ordem requisitando um dado que está no cadastro. Mas, uma juíza de Portugal, que eu não sei como e para quê quer esse endereço, não. São vários detalhes, todos secundários, porque o principal, a meu ver, é uma norma que deve ser interpretada estritamente contra a divulgação dos dados.

Peço respeitosa vênia ao ilustre relator para indeferir o pedido.



VOTO

O SENHOR MINISTRO ARNALDO VERSIANI: Senhor Presidente, indefiro o pedido por entender que os dados do cadastro eleitoral não são passíveis de divulgação.

VOTO

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA: Senhor Presidente, peço vênia ao Ministro Relator, mas também indefiro o pedido.

VOTO (vencido)

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO: Senhor Presidente, penso que a situação concreta possui peculiaridades. Em primeiro lugar, é um órgão investido do ofício judicante, muito embora estrangeiro, que pretende o endereço de uma cidadã brasileira – isso para incluir dado no processo sob a respectiva direção.

O cadastro não goza de sigilo absoluto. Tanto não goza, que existe, no Tribunal, Resolução disciplinando a possibilidade de se transmitirem informações, principalmente a autoridades. No caso, busca-se o endereço de uma cidadã para instruir ação que diz respeito à guarda, à definição de relação jurídica parental, ou seja, há motivação relevante.

Além disso, verifica-se outro aspecto que não se pode deixar de considerar: a cooperação internacional. Se o pedido estivesse formalizado por autoridade judicante brasileira, creio que não haveria qualquer dúvida quanto ao fornecimento. Não vamos fornecer, apesar de a ação, ao que tudo

indica, estar ligada ao Direito de Família, a Colega estrangeira? Entendo que devemos, sim, Presidente, ante as particularidades do caso, abrir exceção, não potencializando a forma, ou seja, exigindo, como apontou o Relator, carta rogatória para lograr-se esse dado.

Peço vênia para acompanhar o Relator.

PEDIDO DE VISTA

A SENHORA MINISTRA NANCY ANDRIGHI: Senhor Presidente, tenho enfrentado sistematicamente, como Corregedora, pedidos desta forma. Tenho, inclusive, pedidos da própria Controladoria-Geral da União para compartilhamento dessas informações. E não sei qual seria o âmbito das consequências.

Por isso, até para fazer um melhor estudo – porque estou com dois pedidos expressos, tanto da Polícia Federal quanto da Controladoria – eu gostaria de, se não houver objeção dos colegas, pedir vista para fazer um estudo mais aprofundado.

EXTRATO DA ATA

Pet nº 1219-59.2011.6.00.0000/DF. Relator: Ministro Gilson Dipp. Requerente: Juíza da Secção Única do Tribunal de Família e Menores de Matosinhos/Portugal.

Decisão: Após os votos dos Ministros Gilson Dipp e Marco Aurélio, deferindo o pedido, e os votos dos Ministros Marcelo Ribeiro, Arnaldo Versiani e Cármen Lúcia, indeferindo-o, pediu vista a Ministra Nancy Andrighi.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes as Ministras Cármen Lúcia e Nancy Andrighi, os Ministros Marco Aurélio, Gilson Dipp, Marcelo Ribeiro e Arnaldo Versiani, e a Vice-Procuradora-Geral Eleitoral, Sandra Cureau.

SESSÃO DE 20.10.2011.

VOTO-VISTA

A SENHORA MINISTRA NANCY ANDRIGHI: Senhor Presidente, a Juíza da Secção Única do Tribunal de Família e de Menores de Matosinhos/Portugal, Dra. Ana Isabel Moniz, formulou solicitação para que o TSE informe o endereço atualizado de cidadã brasileira, a fim de instruir “processo de regulação do poder paternal” em trâmite naquele País.

Os autos foram instruídos com informações da Corregedoria-Geral (fls. 3-4), as quais esclarecem sobre a disciplina legal e normativa do acesso às informações do cadastro eleitoral, e a Procuradoria-Geral Eleitoral manifestou-se, em seu parecer (fls. 11-14), pelo indeferimento do pedido.

O eminente relator, Ministro Gilson Dipp, na assentada do último dia 20, concluiu pelo deferimento do pedido, no que foi acompanhado por Sua Excelência o Ministro Marco Aurélio, em voto do qual transcrevo os seguintes excertos:

Nada obstante as ponderações acima referidas, penso que o pedido oriundo da Justiça Portuguesa comporta deferimento.

É certo que ao Tribunal Superior cabe editar as instruções necessárias para a administração e utilização dos cadastros eleitorais, os quais, em princípio destinam-se de fato a informa a atividade estritamente eleitoral.

Mas também é certo que algumas situações são ressalvadas, como as que a Resolução 21.538/2003 assentou no art. 29, § 3º letra ‘b’, quando excluiu da proibição de acesso aos cadastros eleitorais os pedidos formulados “por autoridade judicial (...)”, vinculada à respectiva atividade funcional”.

A regra, com efeito, nada refere com respeito a autoridade judiciária estrangeira, mas, a meu juízo, parece mais do que evidente que está ela perfeitamente compreendida na expressão citada pela natureza da atividade como pela autoridade de que é revestida.

Com efeito, o magistrado estrangeiro não deixa de ser autoridade judicial e a ressalva da letra ‘b’ do parágrafo 3º limita-se a indicar que os pedidos de autoridade judicial estão fora da proibição de acesso aos cadastros. Revela-se possível, portanto, compreender nessa cláusula legal genérica a menção a autoridade judicial estrangeira.

Mas, mais do que isso, a natural cooperação entre Brasil e Portugal derivada dos laços culturais e afetivos das respectivas nações, de longa data estabelecida e fruto de reiteradas manifestações de afinidade e colaboração mútuas, constitui fonte suficiente para justificar o atendimento de pedido formulado por Juíza de Família e Menores portuguesa cujo objeto é a localização de cidadã brasileira destinada a “instruir processo de regulação do poder parental...relativamente à actual residência da progenitora da menor Eloini de Oliveira Fonseca” (fls 5).

Aliás, é bom ressaltar que o atendimento dessa solicitação responde também a medida tipicamente humanitária e, sobretudo, em face de cidadã brasileira.

Assim, mesmo ante a inexistência de compromisso formal de cooperação jurídica civil do Estado brasileiro em relação a Portugal com quem ademais mantemos tratado de reciprocidade em tantas outras matérias, eventual negativa de colaboração pode resultar em prejuízo do bem estar de brasileiros.

Ante o exposto, sem embargo das manifestações contrárias dos órgãos da administração, voto pelo deferimento do pedido fornecendo-se à autoridade judicial portuguesa, pela mesma via, as informações solicitadas conforme constar dos cadastros eleitorais.

Divergiram dessa orientação, concluindo pelo indeferimento da postulação, a eminente Ministra Cármen Lúcia e os Ministros Marcelo Ribeiro e Arnaldo Versiani.

Pedi vista dos autos para melhor exame da questão e os trago nesta assentada para continuidade do julgamento.

Conforme as informações trazidas aos autos pela Corregedoria-Geral, a disciplina legal do acesso às informações do cadastro eleitoral está sediada no art. 9º da Lei 7.444/85, que assim dispõe:

Art. 9º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias à execução desta Lei, especialmente, para definir:

I – a administração e utilização dos cadastros eleitorais em computador, exclusivamente, pela Justiça Eleitoral.

Esta Corte Superior, por seu turno, ao regulamentar o mencionado dispositivo legal, estabeleceu, no art. 29 da Res.-TSE 21.538/2003:

Art. 29. As informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos desta resolução (Lei nº 7.444/85, art. 9º, I).

§ 1º Em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral.

§ 2º Consideram-se, para os efeitos deste artigo, como informações personalizadas, relações de eleitores acompanhadas de dados pessoais (filiação, data de nascimento, profissão, estado civil, escolaridade, telefone e endereço).

§ 3º Excluem-se da proibição de que cuida o § 1º os pedidos relativos a procedimento previsto na legislação eleitoral e os formulados:

- a) pelo eleitor sobre seus dados pessoais;
- b) por autoridade judicial e pelo Ministério Público, vinculada a utilização das informações obtidas, exclusivamente, às respectivas atividades funcionais;
- c) por entidades autorizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, desde que exista reciprocidade de interesses (Lei nº 7.444/85, art. 4º).

As restrições fixadas na referida norma, erigidas como corolários da inviolabilidade do direito à intimidade e à privacidade estabelecido no art. 5º, X, da CF, destinam-se à proteção das informações de caráter personalizado dos eleitores (filiação, data de nascimento, profissão, estado civil, escolaridade, telefone, endereço). A estas foram acrescidas as informações relativas a documento de identidade e Cadastro de Pessoa Física, a fotografia, as impressões digitais e a assinatura digitalizada do eleitor, por força do disposto nos arts. 7º da Res.-TSE 23:061/2009 e 9º da Res.-TSE 23.335/2011, respectivamente de relatoria dos Ministros Felix Fischer e Aldir Passarinho Junior, publicadas no *DJe* de 4.6.2009 e de 4.3.2011.

Esse direito, todavia, não ostenta caráter absoluto, como ressaltou o Ministério Público, *“havendo situações de extrema necessidade e caráter excepcional em que as restrições aos direitos fundamentais são justificadas encontrando-se os respectivos titulares sujeitos a controle”*. Por essa razão, o acesso a dados personalizados do cadastro de eleitores somente será admitido nas hipóteses constantes das alíneas a, b e c do § 3º do art. 29 da referida Res.-TSE 21.538/2003 e do § 3º do art. 19 da Lei 9.096/95, acrescentado pela Lei 12.034/2009, que facultou aos órgãos diretivos nacionais dos partidos políticos consulta às informações de seus filiados.

Em matéria de cooperação jurídica internacional, leciona o eminente relator deste processo, em trabalho doutrinário de sua lavra:

(...) Muitas vezes, em lugar de pedir para que o Estado rogado dê execução a uma decisão judicial do Estado rogante, ainda que de natureza processual, a autoridade estrangeira pode optar por solicitar a assistência jurídica direta do Estado requerido, procedimento também conhecido como “auxílio jurídico direto”.

Pelo pedido de auxílio jurídico direto, o Estado estrangeiro não se apresenta na condição de juiz, mas de administrador. Não encaminha uma decisão judicial a ser aqui executada, mas solicita assistência para que, no território nacional, sejam tomadas as providências necessárias à satisfação do pedido.

(...)

A decisão de cooperar com um Estado estrangeiro, prestando-lhe o necessário auxílio, insere-se no contexto das relações internacionais que devem ser mantidas pelo Presidente da República. Portanto, os pedidos de auxílio, assim com as cartas rogatórias, ambos meios de cooperação jurídica internacional, são encaminhados por via diplomática ou por meio de Autoridade Central prevista em tratado.

(Carta Rogatória e Cooperação Jurídica Internacional, *in* **Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos**, publicado pelo Ministério da Justiça, Brasília, 1ª edição, p. 32, 2008).

Não se cuida, na hipótese destes autos, da modalidade de solicitação de auxílio direto, além de não haver, como assinalou o eminente Ministro Gilson Dipp em seu voto, “compromisso formal de cooperação jurídica civil do Estado brasileiro em relação a Portugal”.

A questão, no entanto, me parece estar relacionada com o alcance da ressalva do art. 29, § 3º, *b*, da regulamentação do TSE, que serviu de fundamentação ao *Parquet* Eleitoral para opinar pelo indeferimento do pedido, vale dizer, inexistência da figura da autoridade judicial estrangeira entre os legitimados à obtenção das informações de caráter personalizado do cadastro eleitoral.

A propósito desse ponto, consigno excerto do voto condutor da aprovação da multicitada norma resolutiva, proferido na sessão de 14.10.2003 pelo eminente Ministro Barros Monteiro, à época Corregedor-Geral e relator do Processo Administrativo 18.463/DF:

Relativamente ao acesso às informações constantes do cadastro eleitoral, a sugestão é de ampliação. A proposta não é nova, como

antigos são os movimentos tendentes a uma maior abertura quanto a essas informações.

A respeito do tema dispõe o art. 9º, I, da Lei nº 7.444/85:

“Art. 9º O Tribunal Superior Eleitoral baixará as instruções necessárias à execução desta Lei, especialmente, para definir:

I - a administração e a utilização dos cadastros eleitorais em computador, exclusivamente, pela Justiça Eleitoral;”

O que se propõe nestes autos é a extensão do acesso às informações do cadastro eleitoral a juízes e tribunais, não somente na esfera criminal, aos órgãos do Ministério Público que, por suas funções institucionais, tem assegurado “*acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública*” (Lei Complementar nº 75/93, art. 8º, VIII) e a entidades que detenham informações de interesse da Justiça Eleitoral, desde que autorizado o fornecimento pelo Tribunal, a exemplo do que já ocorre com a Secretaria da Receita Federal.

Preserva-se a administração e a utilização do cadastro, exclusivamente, pela Justiça Eleitoral. Sob a égide do citado dispositivo legal, nenhum órgão ou entidade estranhos à Justiça Eleitoral terá ingerência sobre a sistemática de inserção e exclusão de dados, segurança das informações e mecanismos de controle de sua integridade.

Tal regra, no entanto, não deve criar óbice à plena eficácia do exercício da jurisdição e à irrestrita aplicação da justiça. Os fundamentos que hoje autorizam o fornecimento de tais informações aos juízes criminais são os mesmos a cancelar a extensão ora proposta. E não há conflito com a garantia de inviolabilidade da intimidade e da vida privada, uma vez que restrita a utilização das informações às atividades funcionais dos juízos solicitantes, bem assim dos órgãos do Ministério Público, cuja atuação é essencial à função jurisdicional do Estado, seja na defesa da ordem jurídica, seja na proteção dos interesses sociais e individuais indisponíveis (Constituição Federal, art. 127).

A diretriz normativa enunciada agasalha, a meu juízo, proteção de valor de índole constitucional, a comportar ressalva, com exclusividade e por idênticas razões, aos órgãos constituídos da República aos quais a própria Lei Maior brasileira assegurou, de um lado, o monopólio da jurisdição, e de outro, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, aí não se inserindo, com respeitosa vênua dos que entenderam de forma diversa, autoridades estrangeiras, ainda que do Poder Judiciário ou do Ministério Público.

E esta Corte Superior vem aplicando com alcance mais restritivo a ressalva em comento, para negar sistematicamente o fornecimento

de dados do cadastro eleitoral a entes nacionais não elencados no rol taxativo do aludido dispositivo, a exemplo do que ocorreu em relação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAFI), ao Tribunal de Contas da União (TCU), à Procuradoria Regional da União da 1ª Região (PRU), à Defensoria Pública da União (DPU) e ao Departamento de Polícia Federal (DPF). Nesse sentido: Pet 883/DF, *DJ* de 10.8.2004, Rel. Min. Francisco Peçanha Martins; Pet 1.395/DF, *DJ* de 28.11.2003, e Pet 1.402/DF, *DJ* de 18.2.2004, Rel. Min. Luiz Carlos Madeira; PA 20.198/DF, *DJe* de 18.9.2009, Rel. Min. Marcelo Ribeiro; e PA 18.463/DF, *DJe* de 17.8.2011, de minha relatoria.

Forte nessas razões, e reiterando as mais respeitosas vênias aos eminentes Ministros Gilson Dipp, relator, e Marco Aurélio, voto pelo indeferimento do pedido.

É como voto.

VOTO

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (presidente): Senhores Ministros, acompanho o voto da Ministra Nancy Andrighi e também os votos dos Ministros Marcelo Ribeiro, Arnaldo Versiani e Cármen Lúcia, não apenas porque o nosso cadastro é de uso extremamente restrito, mas também porque tive em mãos o pedido da juíza – e tive a curiosidade de verificá-lo –, que é extremamente singelo. Ela não faz nenhum esclarecimento, simplesmente pede que se abra o cadastro para fornecer os dados de um eleitor, sem esclarecer o que acontecerá com esses dados.

Peço vênias à divergência, inclusive ao Ministro Gilson Dipp, que invocou um argumento que me impressionou bastante, e estava quase inclinado a acompanhá-lo, que é o sentido da colaboração judicial internacional, que hoje no mundo globalizado se faz realmente necessário. Não fosse a singeleza desse pedido da juíza, eu teria acompanhado e sufragado integralmente o argumento do eminente Ministro Gilson Dipp.

Mas, por ora, eu fico no indeferimento.

EXTRATO DA ATA

Pet nº 1219-59.2011.6.00.0000/DF. Relator originário: Ministro Gilson Dipp. Redator para o acórdão: Ministro Marcelo Ribeiro. Requerente: Juíza da Secção Única do Tribunal de Família e Menores de Matosinhos/Portugal.

Decisão: O Tribunal, por maioria, indeferiu o pedido, nos termos do voto do Ministro Marcelo Ribeiro, que redigirá o acórdão. Vencidos os Ministros Gilson Dipp e Marco Aurélio.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes as Ministras Cármen Lúcia e Nancy Andrighi, os Ministros Dias Toffoli, Gilson Dipp, Marcelo Ribeiro e Arnaldo Versiani, e o Procurador-Geral Eleitoral, Roberto Monteiro Gurgel Santos.

SESSÃO DE 17.11.2011*.

* Sem revisão das notas de julgamento da Ministra Nancy Andrighi.